

12. Considerações finais

Chegando ao final desta pesquisa, retomemos os elementos de maior destaque que caracterizam o texto de Nm 16–17 como uma unidade literária em torno do tema da revolta contra autoridade. Nossa intenção original foi colocar em evidência a dinâmica interna do texto, por meio dos detalhes estilísticos e narrativos em torno da temática dominante. Convém esclarecer melhor em que medida esses elementos do estilo e da forma reforçam a unidade de Nm 16–17. Entramos, assim, no âmago das questões a serem esclarecidas, *se podemos considerar Nm 16–17 como um enredo de conflito de autoridade e quais seriam os elementos narrativos e estilísticos em favor da unidade em torno desse tema.*

Mostramos como as principais pesquisas analisaram o texto do ponto de vista diacrônico. Tratando-se de um texto compósito, de diferentes tradições entrelaçadas, e que revela problemas de unidade, julgamos necessário, na primeira parte da pesquisa, tratar dos problemas de composição. Nossa análise, alicerçada nos comentários e estudos críticos, não se ateve às dificuldades isoladas da composição do texto. Procuramos entender o texto na sua complexidade, não apenas para constatar que se encontram rupturas ou incongruências, ou concluir, como alguns críticos, que as glosas encontradas seriam apenas resultado de tentativas frustradas de harmonização de diferentes tradições que compõem Nm 16–17. O estudo diacrônico do texto foi positivo e algumas vezes crítico em relação à forma de abordagem de algumas colocações sobretudo da crítica de fonte. Com isso, mostramos que, em vista da interpretação, não basta explicar as possíveis camadas literárias, quanto menos separá-las. Será necessário ir além dos problemas, e abordar o texto como um enredo articulado em que o todo é maior que a soma das partes. Neste sentido, as rupturas ou incongruências aí encontradas podem ser minimizadas em vista do sentido do texto final. Daí a importância da análise estilística e narrativa, trazendo à luz elementos em favor da unidade do texto, até então pouco observados. São detalhes que caracterizam uma articulação

nas diferentes cenas e por isso importantes para a compreensão do seu sentido final.

A pesquisa revelou os elementos de unidade no texto em torno do conflito de autoridade com o envolvimento de diferentes grupos contra Moisés e contra Aarão⁸⁹⁹. Constatou-se um crescimento literário qualitativo e quantitativo⁹⁰⁰ em torno da revolta de Coré, Datã e Abiram e os duzentos e cinquenta líderes contra a autoridade de Moisés e Aarão. O tema da revolta se desenvolveu em diferentes situações de conflito⁹⁰¹, com a presença de personagens que se alternam nas cenas até chegar ao desfecho final.

Do ponto de vista narrativo, destacamos em Nm 16–17 um enredo misto, do tipo: conflito e solução do conflito⁹⁰², dramaticamente bem construído, unido com elementos do enredo de ignorância e reconhecimento⁹⁰³. Do ponto de vista da forma, predominam os esquemas próprios da tradição sacerdotal, os conhecidos esquemas de culpa-castigo, ordem-execução⁹⁰⁴. A solução do conflito depende da intervenção de YHWH, que se revela na glória em vista do julgamento e castigo final dos revoltosos.

YHWH assumiu a causa de Moisés e Aarão a partir do ponto alto do conflito, que se situa na ruptura entre Moisés e Datã e Abiram e a ruptura com Coré e sua congregação (Nm 16,19a.25-26). YHWH passa então a dirigir o destino da história (Nm 16,19b-21), pois dele depende o desfecho final. O tempo da história da revolta e do julgamento é breve, mas o tempo da narração do

⁸⁹⁹ Coré e sua congregação contra Moisés e Aarão (Nm 16,1-3), Datã e Abiram contra Moisés (Nm 16,12-15), Coré e todo o povo contra Moisés e Aarão (Nm 16,19), toda a congregação contra Moisés e contra Aarão (Nm 17,6).

⁹⁰⁰ O aspecto qualitativo inclui o aumento da intensidade do conflito por meio das reações das pessoas envolvidas. Quantitativo indica o aumento do número das pessoas nos vários momentos da revolta.

⁹⁰¹ Uma revolta inicial que vai se expandindo em outras revoltas sempre contra Moisés e Aarão. Assim por exemplo, a revolta de todo o povo em Nm 17,6 é reação contra a morte dos líderes em Nm 16,32-35.

⁹⁰² O conflito de um grupo revoltado contra a autoridade de Moisés e Aarão, sejam eles leigos (Datã e Abiram e os 250 líderes) ou levitas descontentes (grupo liderado por Coré) constitui o tema chave do enredo. Do ponto de vista dos líderes atacados, o conflito é o incômodo da oposição que reivindica seus direitos. Do ponto de vista dos revoltosos e da congregação dos filhos de Israel, é o autoritarismo dos líderes que se colocam acima da assembléia ignorando o princípio da igualdade em base na santidade de toda a congregação (cf. Nm 15,40; 16,3).

⁹⁰³ O enredo conflito-solução inclui elementos do enredo de ignorância-reconhecimento, que é introduzido no discurso inicial de Moisés: “O Senhor fará conhecer quem é dele e aproximará de si o santo” (Nm 16,5). A congregação não sabe quem é o santo, mas o narrador sabe e, aos poucos, vai revelando (Nm 16,11). A revelação ocorre com o depósito da vara florida de Aarão diante do testemunho (Nm 17,25), sinal explícito que esclarece e confirma Aarão como o eleito.

⁹⁰⁴ Alguns exemplos desse gênero na tradição sacerdotal se encontram in: SKA, J. L. *Our fathers have told Us*, p. 33.

juízo por meio do castigo dos revoltosos é alongado (Nm 16,19b-35)⁹⁰⁵ e dramatizado para confirmar a autoridade divina de Moisés (Nm 16,28-29) e especialmente de Aarão (Nm 17,25-28). Ele é feito ministro com plenos poderes sobre o culto e sobre os filhos de Israel.

A guisa de conclusão, vamos nos deter nos aspectos mais relevantes da pesquisa, que será justificar, a partir da sequência das unidades, um enredo centrado na temática do conflito de autoridade. Assim, mostramos que Nm 16–17 tem seu sentido final na justificação da supremacia do sacerdócio aronita sobre os levitas e os leigos.

12.1. Nm 16–17 como um enredo de conflito de autoridade

12.1.1. Início e desenvolvimento (16,1-11)

O texto de Nm 16–17 é caracterizado como um enredo dramaticamente construído. Apresenta um início com personagens e uma temática que perpassa toda a narração, seguido de um desenvolvimento com uma dramatização ou complicação e o clímax e conclusão da história. A primeira unidade, como uma porta de entrada, apresenta o início do conflito bem caracterizado na construção de Nm 16,1-3. “O primeiro verbo וַיִּקַּח (“tomou consigo”) indica o começo da formação do grupo. O segundo verbo וַיִּקְמוּ (“levantaram-se”) é seguido de uma preposição com ligeiro tom adversativo: “diante de”. Os revoltosos levantaram-se diante de Moisés. O terceiro verbo וַיִּקְהָלוּ (“reuniram-se”) já é seguido, por duas vezes, de uma preposição adversativa forte: “contra”. A revolta ocorre contra Moisés e contra Aarão. O v. 3a, que se inicia com o verbo וַיִּקְהָלוּ (“reuniram-se”) no nifal imperfeito terceira pessoa do masculino plural, seguido duas vezes da preposição עַל (“contra”) “contra Moisés e contra Aarão” constitui o “inciting moment”⁹⁰⁶ de todo enredo de Nm 16–17”⁹⁰⁷.

⁹⁰⁵ Tempo da história é o tempo cronológico da duração dos fatos. Tempo da narração é o tempo que se gasta para contar a história através de um maior ou menor número de palavras.

⁹⁰⁶ Conforme a definição de J. L. SKA (*Our Fathers Have Told Us*, p. 25), “inciting moment” é o momento no qual o conflito aparece pela primeira vez e desperta o interesse do leitor.

⁹⁰⁷ Cf. capítulo 3, p. 111.

A ação da revolta é preparada e apresentada aos leitores com os grupos implicados: Coré, Datã e Abiram, e os duzentos e cinquenta líderes. Todos esses revoltosos são o sujeito do verbo reunir-se, em 16,3a. O motivo da revolta dos líderes é expresso na queixa contra a atitude de Moisés e Aarão em colocar-se sobre a assembléia de YHWH. Não há motivo para alguém se considerar privilegiado, acima da assembléia, porque toda a congregação é santa, e YHWH está no meio de todos (16,3). Assim, os líderes devem estar no meio da congregação e não acima das pessoas. O que determina a santidade é a condição de povo eleito e libertado, porque Deus está no meio dele. Julgamos que o conflito inicial (16,1-3) tem seu desenvolvimento e explicitação com os discursos de Moisés (16,5-11), que, ao propor o teste do incenso para revelar quem é o santo, termina o primeiro discurso (16,7) utilizando de forma irônica a mesma expressão de desabafo com que os revoltosos iniciaram a queixa (16,3): “É muito para vós”, “basta”. A seqüência do discurso de Moisés dirigido a Coré, também como líder de um grupo de levitas, explicita o conflito. Além das murmurações contra Moisés e Aarão, alguns dentre os revoltosos pretendem o sacerdócio (16,8-11) que pertence a Aarão. Por outro lado, a explicação de Moisés sobre o eleito, como o santo, próximo de Deus, assim como a explicação dos privilégios dos levitas que foram separados para estar próximos do serviço da tenda do encontro, são elementos que revelam o conceito de santidade do grupo no poder (Moisés e Aarão) em termos de aproximação (mais santo) e afastamento de Deus (menos santo)⁹⁰⁸. O discurso de Moisés introduz novo conceito: o santo é aquele que é separado do profano para estar próximo de Deus sumamente santo. O narrador introduz, então, um conflito também teológico. Embora para o autor sacerdotal, a santidade do sacerdócio não exclua a santidade de todo o povo, cria-se uma estratificação na congregação, que é contrária ao conceito de santidade conhecido da assembléia (cf. Nm 15,40-41; 16,3). Para o grupo que levantou a queixa, todo

⁹⁰⁸ Nesse sentido não há uma ruptura drástica entre 16,1-4 e 16,5-11, como alguns comentários observam. Há uma unidade na temática em torno da questão da santidade. Na verdade, o que existe é uma compreensão divergente da santidade, por parte dos revoltosos (Nm 16,3) e dos líderes (Nm 16,5-7). A resposta de Moisés deixa claro o conceito de santidade em relação ao sacerdócio no sentido de separação (Nm 16,5-7) enquanto que para o grupo que levantou a queixa (Nm 16,3), a santidade é entendida em relação a todo povo, porque YHWH está no meio da congregação. Essa questão teológica alavanca o conflito fundamental entre sacerdotes e o grupo de leigos e também entre sacerdotes e levitas. Em relação a estes últimos, a solução dos conflitos, do ponto de vista da classe dirigente, estaria na determinação das atribuições e do espaço de cada grupo levita no serviço do santurário.

o povo é santo porque YHWH está no meio de toda a congregação (16,3). Foi o Senhor somente quem tirou o povo da escravidão do Egito (15,40-41). O ponto de vista do narrador aparece no discurso de Moisés, contra aqueles que argumentavam maior igualdade em base na santidade de toda a congregação, ao responder que o santo será um, aquele que YHWH aproximará de si (16,5.7). Aqui o enredo de conflito de autoridade torna-se um enredo do tipo ignorância-reconhecimento. O povo não sabe e recebe a promessa de Moisés de que, no dia seguinte, YHWH fará conhecer quem é o eleito (16,5). Cria-se, então, uma expectativa nos leitores sobre quem será o eleito. O estilo do enredo revela sua articulação nas cenas que se sucedem. A esse respeito, a própria queixa dos revoltosos (16,3) e o discurso de Moisés (16, 5-7. 8-11) estão emoldurados com a expressão רַב־לָכֶם (“é muito para vós”). Esta expressão serve para unir o discurso no v.3c-f com o final do primeiro discurso de Moisés no v.7e, formando uma inclusão. Assim, Moisés devolve aos revoltosos sua acusação, usando a mesma expressão irônica no v. 7e: רַב־לָכֶם (“é muito para vós”). Por outro lado, o início do discurso dos revoltosos com רַב־לָכֶם (v. 3) forma um contraste com o início do segundo discurso de Moisés no v. 9a הַמָּעַט מִכֶּם (“É pouco de vós filhos de Levi”?)⁹⁰⁹. O final do discurso de Moisés, ao questionar por que alguns revoltosos buscam o sacerdócio, acena de forma mais explícita à revelação do eleito com a pergunta retórica: “E Aarão que é ele para que murmureis contra ele”(16,11)?⁹¹⁰. Os filhos de Israel saberão quem é o eleito quando virem a vara florida de Aarão para a casa de Levi, entre as outras varas, e principalmente quando virem essa vara devolvida para depósito e sinal diante do testemunho (17,25). Esses elementos mostram um enredo, com um início determinado, uma temática, que é o conflito contra autoridade, cujo pano de fundo é a oposição dos leigos contra autoridade sacerdotal, e a oposição de levitas, que reivindicam seus direitos com

⁹⁰⁹ Cf. WENHAM, G. J. *Números*, p. 149; capítulo III, p. 115-116.

⁹¹⁰ Nm 16,1-11 justifica-se como a porta de entrada do enredo, porque a pergunta retórica final (v.11) é um preânúncio de que Aarão representa a liderança máxima do sacerdócio. Com efeito, a temática da legitimação do sacerdócio aronita sobre os levitas e filhos de Israel é o tema de fundo de Nm 16-17. Se Nm 16,1-3 expõe a temática da revolta com os personagens, o fim da unidade, em Nm 16,11, aponta para a solução dos conflitos na autoridade máxima do sacerdócio aronita a ser confirmada na última cena em 17,26-28. Aí todos saberão quem é Aarão.

os sacerdotes⁹¹¹. Na verdade, a autoridade afrontada é o sacerdócio de Aarão, que será confirmado na liderança do culto com uma intervenção divina.

12.1.2. Dramatização (16,12-15)

Julgamos que a entrada em cena de Datã e Abiram contra Moisés seja uma explicitação dos conflitos já existentes anteriormente. Com efeito, essa história de revolta fora deixada de lado na primeira unidade (16,1-3). Esse conflito aqui inserido explica-se, do ponto de vista narrativo, pelo efeito acumulado. O autor inseriu essa história na seqüência dos acontecimentos no dia anterior ao desfecho da trama para dar relevo ao conflito contra autoridade. O efeito retórico foi hostilizar ainda mais os levitas e qualquer outro grupo que venha a opor-se ao monopólio do poder sacerdotal (16,8-11). Eles passam a ser considerados rebeldes e merecedores de castigo. Isso é evidenciado também no pedido de Moisés a YHWH contra Datã e Abiram: “não te voltes para a oferta deles” (Nm 16,15). O termo oferta (Nm 16,15) pode significar uma simples oferta de alimentos, como também uma oferta no contexto cultural. Isso pode ter relação com o sumo sacerdote sadocita no pós-exílio, que reunia o poder político e religioso sobre a comunidade judaica da diáspora. As ofertas, naquela ocasião, tanto eram dízimos para o templo, como tributos para o governo⁹¹².

A unidade de Nm 16,12-15 mostra elementos de ligação com a cena precedente, bem como um crescimento literário da revolta, com acusações mais duras. O reaparecimento da expressão interrogativa: הַמֶּעַט (“é pouco”) (v. 13a) introduz a queixa de Datã e Abiram, réplica da mesma expressão, cheia de ironia, usada por Moisés em 16,9a: הַמֶּעַט מִכֶּם (“é pouco de vós”)⁹¹³. O autor colocou

⁹¹¹ Essa temática vai aparecendo aos poucos. Na verdade, torna-se mais evidente em Nm 18,1-5. Aí são esclarecidas as funções dos sacerdotes filhos de Aarão e levitas fazendo a ligação com Nm 17, 27-28.

⁹¹² Nossa pesquisa mostra, porém, que o texto é escrito em vista de confirmar o sacerdócio aronita no poder. Moisés não parece ter funções culturais em nosso texto. Porém sua liderança é política e religiosa. Nesse sentido, pode-se fazer uma aproximação com o sacerdócio pós-exílico que, sob o poder religioso, também desempenhava o poder político. A meu ver, a questão de um sacerdócio de Moisés em confronto com o sacerdócio de Aarão, como apregoa J. Cross, não pode ser aplicado a esse texto. A função de Moisés é ser mediador em favor de Aarão. Apenas uma vez no confronto com os revoltosos Moisés fala em defesa de sua autoridade de enviado de Deus (Nm 16,28-30). Em Nm 18,1.8.20, YHWH passa a falar a Aarão e torna a falar a Moisés em Nm 18,25.

⁹¹³ Cf. capítulo 4, p. 144; capítulo 3, p. 115.

nos diálogos ironia e agressividade. Se na cena anterior Moisés acusou o grupo de Coré de pretender עַל (“até mesmo”) o sacerdócio, o cargo máximo (16,10), nesta unidade, Datã e Abiram acusam Moisés também de pretender um cargo num grau máximo: “queres fazer-te príncipe sobre nós, até mesmo totalmente”? (16,13b). Vejamos em outros textos as semelhanças lexicais que permitem a ligação entre a primeira (Nm 16,1-11) e a segunda unidade (Nm 16,12-13).

“Em 1Rs 1,5, na decisão de Adonias fazer-se rei, a forma é um particípio hithpaél: “E Adonias, filho de Hagit, הִתְנַשָּׂא (“ergueu-se”) dizendo: “eu reinarei”. A forma hebraica do particípio, “erguendo-se”, revela o desejo interior de reinar, subir ao trono. Esses e outros poucos exemplos (Nm 23,24; 24,27; Ez 29,15) nos levam à constatação de que o verbo שָׂרָר no hithpaél “fazer-se príncipe sobre”, como também a forma nifal da raiz נָשָׂא (“elevantar-se”, “erguer-se”), são ambos utilizados no contexto de promessa de poder e reinado. Esses dados corroboram a relação de Nm 16,3f: “vos elevais sobre”, com Nm 16,13b: “queres fazer-te príncipe sobre”. A revolta contra Moisés e Aarão (v. 3c), ou contra Moisés (v.13b), espalhou-se pelo mesmo motivo de abuso do poder sobre o povo. Assim, a acusação, em Nm 16,3f, é retomada de forma bem explícita e enfática nas palavras de Datã e Abiram no v.13d. Aí o autor usa o verbo da raiz שָׂרָר no hithpaél, que significa: “assenhorear-se”, “tornar-se príncipe”. O verbo com o infinitivo absoluto é seguido da preposição עַל com sufixo pronominal de primeira plural: “sobre nós”⁹¹⁴. O verbo no v.13d tem valor reflexivo como no v.3f. Isso significa que Moisés e Aarão, ou Moisés nesse caso, constituíram-se no poder. Parece claro que a queixa mais pesada é contra o abuso de autoridade de Moisés. Ele, ao tornar-se príncipe “sobre eles”, coloca-se definitivamente “contra eles”, dando motivo à continuidade da revolta. Moisés, de líder no meio do povo, é acusado de inverter o projeto do êxodo. A saída do Egito é vista como retorno à escravidão. Daí a ironia na queixa de Datã e Abiram: “nos fizeste subir de uma terra que mana leite e mel, para nos fazer morrer no deserto”(16,13a).

Constituir-se no poder absoluto aqui é voltar ao Egito (Dt 17,16; cf. 1Sm 8,11-17) A queixa dos revoltosos, em 16,3 e 16,13, está afinada com os princípios do deuterônomo de uma sociedade igualitária, pois o líder que teme a Deus “não se levantará orgulhosamente sobre seus irmãos” (Dt 17,20). A segunda unidade

⁹¹⁴ Cf. capítulo 3, p. 129.

apresenta um crescimento literário em torno do conflito de autoridade, que se torna mais acirrado, e dramático no distanciamento dos revoltosos de Moisés e no conteúdo das queixas. A argumentação dos revoltosos, em 16,13, mostra uma relação com 16,3, porém a queixa contra a autoridade é mais grave “queres fazer-te príncipe sobre nós até mesmo totalmente”? A reação de Moisés como autoridade atacada é de ira explícita com o pedido ao Senhor: “Não te voltes para a oferta deles” (16,15).

No fato de que a congregação toda é santa (16,3d-e), porque YHWH está no meio dela, a preposição *על* (“sobre”) mostra o contraste da postura de Moisés e Aarão (“vos elevais sobre”) em relação a YHWH, que está sempre presente no meio da congregação. Elevar-se acima é entendido pelo grupo dos revoltosos como se colocar contra a assembléia. Esse movimento “contra” a liderança aparece quando algo acontece “sobre” a assembléia. Porém do ponto de vista do grupo no poder com a liderança política e religiosa, a revolta contra eles é interpretada como uma revolta contra Deus. Para esse grupo no poder, Deus está acima, separado da congregação, e pode ser invocado contra os rebeldes (16,15).

12.1.3. Ponto alto do conflito (16,16-19a)

O enredo retoma o discurso de Moisés a Coré, trazendo instruções sobre o oferecimento do incenso (16,16). A cena liga-se com a primeira unidade pela retomada da ordem do oferecimento do incenso (Nm 16,6-7 retomado em 16,16-17) e do tema da revolta liderada por Coré (Nm 16,3 e 16,19a)⁹¹⁵. O conflito chega ao auge quando o autor coloca os dois grupos em disputa mediante o ritual do incenso. Em relação à primeira ordem do oferecimento (16,6-7), observamos uma explicitação dos sujeitos que devem oferecer o incenso, formando dois grupos em disputa: “Coré e sua congregação” incluindo os duzentos e cinquenta de um lado, e “Aarão” apoiado por Moisés de outro. Há também o paralelo do

⁹¹⁵ Em Nm 16,19a, Coré faz reunir contra eles (Moisés e Aarão) toda a congregação. Em Nm 16,3, Coré estava entre o grupo que levantou a queixa sobre a questão da santidade. Observemos a recorrência do mesmo verbo “reunir-se” seguido da preposição “contra” (Nm 16,3 e 16,19). Esses elementos caracterizam a temática de Nm 16–17 como enredo de conflito contra a autoridade.

lugar para o oferecimento, “diante de YHWH” (v.7.16-17), que corresponde a “entrada da tenda do encontro” (v.18-19)⁹¹⁶.

A estrutura concêntrica de Nm 16,16-19a, tendo os duzentos e cinquenta incensórios no centro (16,17d), no esquema ordem-execução, destaca que o ritual é realizado por causa do conflito levantado contra Moisés e Aarão (cf. v. 3). “O v.17d “duzentos e cinquenta incensórios” ocupa o centro da unidade (D). A primeira moldura ao redor do centro (C e C’) apresenta o paralelo de v.17c, o grupo deve aproximar “cada um o seu incensório”, com o v.17e, que explica quem deve oferecer o incenso. Aí Coré e Aarão da mesma forma devem levar “cada um o seu incensório”. A mesma ordem e execução do oferecimento de incenso é repetida no paralelismo cruzado dos elementos do v.17c e v.17e, tendo no centro (v.17d) os duzentos e cinquenta incensórios representando os duzentos e cinquenta homens liderados por Coré”⁹¹⁷. A estrutura mostra um paralelo em forma de oposição da postura de Moisés e Coré. Em 16,19b, o grupo de Coré recebe ordens de estar diante de YHWH, todos juntos com Aarão. No v. 19a temos a resposta: Coré obedece ao comparecer na entrada da tenda do encontro. A convocação de Coré não ocorre junto com Aarão, mas contra (v.19a). Ele fez reunir a congregação contra eles (Moisés e Aarão). Portanto, a palavra de Moisés convocando para a reunião (v.16) se opõe à ação de Coré, que reúne a congregação contra eles. O que faz a diferença das outras revoltas é o fato do fortalecimento de Aarão com a solidariedade mais explícita de Moisés junto dele na entrada da tenda (v.18d) e igualmente o fortalecimento do grupo de Coré com a possível adesão de toda a congregação nesse mesmo local (v.19a). Aqui o enredo chega a um alto nível de tensão e expectativa para o que deve acontecer. O resultado do oferecimento do incenso será descrito somente em 16,35, de forma paradoxal. Aí o fogo não queima somente o incenso nos incensórios, o que teria significado a justificação dos ofertantes. O fogo sai de YHWH e queima os próprios ofertantes, que são os duzentos e cinquenta. O tempo da história é veloz, pois a destruição acontece num momento. Mas o tempo da narração foi alongado

⁹¹⁶ Em Nm 16,18d, Moisés aparece junto com Aarão na entrada da tenda do encontro. Na unidade seguinte, em Nm 16, 20-21, YHWH fala a Moisés e Aarão para se separem do meio da congregação dos revoltosos. Isso é sinal de que Moisés e Aarão defendem a mesma causa com o apoio de YHWH.

⁹¹⁷ Capítulo 5, p. 183.

com as instruções de YHWH a Moisés na tenda do encontro sobre o julgamento final.

12.1.4. Anúncio do julgamento (16,19b-24)

A aparição da glória de YHWH em 16,19b, constitui-se na charneira ou dobradiça que liga a primeira parte da história dos conflitos com o desfecho que acontece com o julgamento dos revoltosos. A glória de YHWH na tenda do encontro, é o “turning point” do enredo. Passa-se da narrativa da dramatização e auge dos conflitos para a solução revelada por YHWH, que agora preanuncia e, de certa forma, orienta o desfecho do enredo. Aqui o desfecho final com o julgamento começa a ser preparado no contexto da manifestação da glória, com as instruções de YHWH para separar a congregação dos revoltosos (16,21a. 24b), e também com a promessa de extermínio “eu os aniquilarei no mesmo instante” (16,21b). Diante da ameaça do castigo a toda congregação, Moisés, que aparecia em confronto com o grupo adversário de Datã e Abiram (16,12-15) e Coré (16,1-3.19a), aparece como mediador em favor da congregação, intercedendo para evitar sua destruição junto de Coré, Datã e Abiram. O que era uma revolta contra Moisés e Aarão (16,19a) é mostrado como uma revolta contra YHWH a qual provocou sua ira e punição iminente (16,21). O desfecho do enredo adquire seu valor teológico em vista da defesa dos líderes como eleitos de Deus. Com efeito, as determinações vêm de YHWH, que se revela na tenda do encontro contra os revoltosos e em favor do grupo no poder (16,20-21; 17,7-8; 17,15-16). Isso será confirmado com a aniquilação dos rebeldes (16,34-35) e a permanência de Moisés e Aarão na abertura da tenda para receber outras revelações. No final, é Aarão, sob o simbolismo da vara florida, que permanece em definitivo na tenda do testemunho (17,25-28)⁹¹⁸. Vê-se que a cena da revelação da glória para o anúncio do julgamento mostra que o ponto alto do conflito (16,19a) é também o momento decisivo da intervenção de YHWH na tenda do encontro (16,19b) colocando-se contra os revoltosos. A sequência da história mostra YHWH, que, da tenda do

⁹¹⁸ Na última unidade (Nm 17,16-28), aparece clara a intenção do autor de dar valor teológico de Torá revelada à instituição da autoridade sacerdotal por meio da colocação da vara de Aarão diante da tenda do Testemunho.

encontro, dirige o rumo da história, mostrando-se defensor implacável do lugar do culto e do sacerdócio eleito.

12.1.5. Preparação do julgamento (16,25-30)

O julgamento é precedido pela separação dos revoltosos e pela delimitação do espaço entre a congregação dos filhos de Israel e o grupo que vai ser exterminado (16,21-27). Aqui a separação deve acontecer conforme as ordens de YHWH, reveladas a Moisés na tenda do encontro. Como a narração dos conflitos apresentou um crescimento literário, no aumento dos revoltosos, e também na reação de ira dos líderes atacados, também na preparação do julgamento, a ruptura entre os grupos em conflito é realçada. Assim, no início da unidade, é narrado que Moisés, seguido dos anciãos, vai até Datã e Abiram para transmitir as ordens de YHWH (16,25-26a). Moisés aproxima-se deles (v. 25b), porém não fala aos revoltosos, mas dirige-se à congregação em dois discursos (v. 26b-d, e v. 28-30). Tal contraste aparece no segundo discurso de Moisés dirigido à congregação, com a narração do início da unidade (v. 25-26a). Aí o leitor esperaria que o discurso fosse dirigido a Datã e Abiram. Parece claro que o grupo dos revoltosos já não faz parte da congregação dos filhos de Israel, por causa da ruptura com Moisés iniciada com os conflitos narrados nas cenas anteriores (Nm 16,1-3.12-15.19a). Por isso a congregação dos filhos de Israel recebe ordens de separar-se deles. O cisma dos revoltosos com os líderes é visto como ruptura com Deus e com a congregação. Daí decorre o juízo negativo dos revoltosos nos discursos de Moisés, como “homens malvados” (v. 26b). Sendo eles castigados conforme a previsão de Moisés (v. 28-30), todos saberão que eles desprezaram YHWH (v.30d). As orientações para o grupo de Moisés e a congregação para se afastarem da habitação de Coré, Datã e Abiram acontecem por causa da ruptura dos revoltosos com os líderes desde o início da revolta (16,1-3.12-15). Mesmo o espaço criado entre a congregação e os grupos revela essa ruptura entre Moisés e seus rivais. A separação mostra o início do julgamento conforme a palavra de YHWH “eu os aniquilarei no mesmo instante” (16,21b). O discurso final de Moisés (v. 28-30) confirma a ruptura definitiva e preanuncia a forma do julgamento como aniquilação dos revoltosos. Aqui aparece o ponto de vista do

narrador, desfavorável ao grupo dos revoltosos. Eles parecem não saber o que acontecerá. Moisés sabe do julgamento desfavorável a eles, que lhe foi revelado na tenda do encontro (v.21ab). Desde a aparição da glória na tenda do encontro, o desfecho do enredo é anunciado e preparado nas falas de Moisés, e na separação dos revoltosos. Com a posição distanciada entre os grupos em litígio e o fim do discurso de Moisés (16,30), no dizer de D. Bergant, “finalmente está montado o cenário para o julgamento”⁹¹⁹.

12.1.6. Realização (16,31-35)

O julgamento acontece na sucessão imediata do discurso de Moisés para sua realização. Tudo acontece justamente “quando ele (Moisés) terminou de falar todas estas palavras” (Nm 16,31a). O conflito contra a autoridade de Moisés, da parte do grupo de Datã e Abiram, que se recusaram a obedecê-lo, colocou em descrédito sua autoridade de guia do povo eleito. Por isso o castigo dos revoltosos será um sinal de confirmação da autoridade de Moisés, também escolhido por Deus. O discurso de Moisés deixa claro que a destruição dos revoltosos confirma sua autoridade como enviado de YHWH e a torna reconhecida também pelos filhos de Israel (Nm 16,29). Por outro lado, o castigo tem a função de lançar os filhos de Israel contra os revoltosos ao revelar que eles desprezaram a YHWH. Essa dupla finalidade do castigo é confirmada na conclusão do discurso de Moisés “então conhecereis que estes homens desprezaram a YHWH” (v. 30d), na forma de inclusão com seu início: “nisto conhecereis que YHWH me enviou” (v.28b). Assim a realização do castigo visa a desqualificar qualquer iniciativa de revolta contra a autoridade. O leitor pode perceber que nesse texto são pouquíssimas as chances de essas revoltas contra a autoridade provocarem mudanças. Deus está do lado do grupo no poder, e qualquer movimento contra eles, desencadeia imediatamente sua ira.

A forma poética do desfecho, com a descida de todos ao sheol, junto com suas posses, lembra a destruição do faraó e seu exército quando afundaram e o mar os encobriu ao tentarem impedir a saída do povo do Egito (cf. Ex 14,21-28).

⁹¹⁹ BERGANT, D; KARRIS, J. R. (Org.). *Comentário Bíblico*, p. 169.

A diferença entre aquele relato, em que a mão de Deus pesava contra os poderosos, e o nosso texto, é que Deus se coloca ao lado do grupo no poder. Ocorreu uma inversão do projeto do êxodo. Ao invés de prosseguir rumo à terra prometida com uma liderança participativa, os líderes adotaram uma postura autoritária que significou retorno ao sistema do faraó. A queixa cheia de ironia, de Datã e Abiram, expressava essa frustração do projeto do êxodo. “Nos fizeste sair de uma terra que corre leite e mel para nos fazer morrer no deserto” (Nm 16,13). A queixa desse grupo é a voz da profecia contra o poder sobre a assembléia. Essas queixas podem ser o eco mais agudo da revolta de Coré como líder de um grupo de levitas contra o poder sacerdotal aronita (16,8-11). Essa situação é bem caracterizada no livro das Crônicas em que alguns levitas tornaram-se homens portadores do Espírito. Portanto, foram também profetas (cf. 2Cr 15,1-7; 20,14-17).

O que pode ter motivado o redator final a unir o grupo de Coré com Datã e Abiram, tão próximos nesse desfecho dramático do julgamento? Ocorreu que o autor sacerdotal, no período pós-exílico, apropriou-se de tradições de murmuração e castigo no deserto contra Moisés e Aarão e as atualizou no contexto de conflitos do povo e levitas contra a autoridade dos sacerdotes sadocitas. O objetivo dessa história era dar sustentação teológica a esses líderes. Nesse contexto, as murmurações e revoltas contra Moisés e Aarão, que impediam a caminhada do êxodo, são as murmurações e revoltas da comunidade da diáspora contra a dinastia sadocita no poder que buscava fortalecer-se. Outrora, o Deus do êxodo, que escutara o clamor do povo colocando-se a seu lado (cf. Ex 3,7-8), torna-se nessa história um Deus ao lado dos líderes, Moisés e Aarão, para confirmá-los no poder. A revolta contra a liderança no poder é equiparada à revolta do povo contra Moisés quando queriam impedir a caminhada do êxodo. A antiga narração da revolta de Datã e Abiram e seu castigo, de acordo com o objetivo do autor sacerdotal, foi bem entrelaçada com a revolta do grupo de Coré levita e outros levitas e leigos contra os privilégios da classe sacerdotal. O objetivo dessa narração foi rechaçar qualquer oposição contra a instituição do sacerdócio aronita. A gravidade de tal afronta contra a autoridade é equiparada à transgressão da Torá revelada no Sinai, ou mesmo à recusa de alguns líderes de subir e ocupar a terra prometida (Nm 12-13). É significativo que, diante do castigo, os filhos de Israel fugiram assustados (Nm 16,34).

Quanto aos duzentos e cinquenta líderes que ofereceram o incenso, foram queimados pelo fogo de YHWH (Nm 16,35). Só restaram Moisés e Aarão. Se o oferecimento de incenso deles provocou-lhes a morte, o oferecimento do incenso de Aarão fará cessar a praga e, na história seguinte, impedirá com tempo a morte de boa parte do povo que havia se revoltado (Nm 17,6-15). Para assegurar que definitivamente quem não pertença à descendência de Aarão, seja levita não aronita, seja leigo, se aproxime para oferecer o incenso, o resto dos incensórios são destinados a forrar o altar de YHWH (Nm 17,1-5). Eles serão como um sinal e memorial para sempre, a fim de evitar que nenhum estranho à descendência de Aarão ouse violar o espaço sagrado com o oferecimento do incenso, sob pena de morrer.

Queremos destacar, porém, que a realização do julgamento dos revoltosos, acrescido da instituição de um memorial, realça o fim de um grupo de revoltosos, mas não caracteriza o fim das revoltas. À primeira vista, o fim das murmurações e revoltas para o grupo no poder pode significar definitivamente o fim dos problemas e um fecho apropriado em vista do objetivo sacerdotal. Julgamos, no entanto, que a história de conflito contra autoridade continua e só deve terminar com o fim de qualquer possibilidade de revolta. Isso vai ocorrer quando o grupo no poder consolidar seu domínio absoluto sobre a assembléia. A dominação total sobre os filhos de Israel ocorre então na última unidade quando não haverá fuga, mas todos se colocam diante do testemunho e expressam uma certeza “perecemos, todos nós perecemos” (17,27b). Nessa situação não há mais possibilidade de alguém reagir contra a autoridade. Para os filhos, de Israel manter-se submissos é uma questão de vida ou morte.

O fim do enredo mostra que a história foi escrita do ponto de vista dos vencedores, que devem manter-se no poder e dirigir o destino da comunidade. Por outro lado, revela também o total fracasso e derrota de qualquer grupo que ouse se revoltar contra o grupo dominante. Se o relato do castigo na forma de um terremoto que engoliu os revoltosos visava a confirmar a autoridade de Moisés (16,28-30), restava retomar o rumo do enredo para confirmar a autoridade de Aarão. Lembramos que Moisés no enredo aparece ao lado de Aarão para defendê-lo. A promessa por meio do discurso de Moisés de que o santo, o eleito, será

aquele que YHWH aproximará de Si (cf. Nm 16,5-6) refere-se a Aarão⁹²⁰. Essa promessa se cumprirá simbolicamente com o depósito da vara florida de Aarão na tenda do testemunho. Esse é o local mais sagrado, porque mais próximo de Deus. Aí se consolida o poder sacerdotal sobre o povo, com aprovação divina. Até chegar a esse ponto, o autor sacerdotal, no entanto, vai esticar o enredo mais dois dias com outra história de revolta ligada com o episódio anterior. Dentre todo povo que fugiu, em 16,34, estavam outros rebeldes dispostos a reiniciar a revolta reunindo maior número. Portanto esse espírito de indignação e revolta estava latente no meio do povo, sendo o castigo dos companheiros (16,32-35) o estopim para novo levante com queixas mais fortes contra Moisés e contra Aarão, logo no dia seguinte (Nm 17,6-7).

12.1.7. Continuação dos conflitos (17,6-15)

Julgamos que a história de revolta de todo o povo, em Nm 17,6-15, seja continuação dos conflitos anteriores. Com efeito, havia um espírito de revolta que estava disseminado no meio do povo. O povo que aderiu a Coré (16,19a) e aqueles que fugiram ao presenciar o terremoto que engoliu os revoltosos (16,34) formaram nova revolta, insuflando os filhos de Israel contra Moisés e contra Aarão (Nm 17,6-7). Outro motivo de revolta contra Moisés e Aarão (logo no dia seguinte) está na queixa dos filhos de Israel. A denúncia do povo “fizestes morrer o povo de YHWH” (17,6-7) é uma referência à morte dos líderes no dia anterior (Nm 16,31-35). Soma-se a isso também a proximidade cronológica entre os dois fatos. A revolta do povo aconteceu logo no dia seguinte. Em relação ao início do enredo (16,1-3), houve então um crescimento numérico dos revoltosos com o envolvimento de todo o povo. O motivo da queixa também é mais grave. Como consequência, o castigo foi generalizado sobre toda a congregação. Como no relato anterior, o castigo é a repressão da revolta e vem por meio da sentença divina na tenda do encontro. O castigo pode acontecer logo que Moisés e Aarão se puserem a salvo, separando-se da congregação. Do ponto de vista formal, os

⁹²⁰ É claro o contraste de nosso texto com a história da caminhada antes do êxodo. Lá Aarão aparecia como servo de Moisés, seu profeta, para ajudá-lo a enfrentar os opositores do povo (Ex 7,1-2). Aqui Moisés aparece para defender Aarão e seu sacerdócio. Assim, é clara a intenção do autor em defender o sacerdócio aronita com a mediação de Moisés.

elementos essenciais são retomados da revolta de Coré e seus companheiros seguida da aparição divina em vista do julgamento dos revoltosos. Assim, Nm 17,7-10, em paralelo com Nm 16,19-22, revela dois momentos de crise, na mais estreita correspondência, seguidos da aparição da glória de YHWH que pronuncia a sentença. Como a segunda ordem de oferecimento do incenso revela elementos novos, enriquecendo com um novo significado, também aqui não se trata de mais uma simples dupla narrativa. O autor retoma os elementos anteriores e os enriquece com novos elementos do contexto. O elemento que faz a diferença em 17,6-15 e justifica essa história como continuidade de Nm 16,1-35 é a forma da intervenção de Moisés e Aarão. Em Nm 16,22, bastou uma oração de intercessão para evitar que toda a congregação fosse castigada por causa da revolta. Em Nm 17,12, foi necessário o rito de expiação realizado por Aarão para fazer cessar a praga. Aqui a intercessão é realizada por um rito sacerdotal com incensório e carvão tirado do altar (17,11). Deve-se isso ao fato de que todo o povo havia se rebelado contra os líderes (Nm 17,6-7). Moisés e Aarão mais uma vez vieram para a frente da tenda do encontro (17,8). Desse local sagrado de revelação, Aarão recebe a ordem de Moisés para fazer o rito da expiação no meio do povo (17,11). Feita a expiação, por duas vezes, é relatado o resultado de que a praga sobre o povo havia cessado. Esses elementos deixam claro que Aarão, doravante, será o único com autoridade revelada por Deus para oferecer um sacrifício eficaz. Ele parte da abertura da tenda do encontro onde havia entrado com Moisés (17,8), para ir até o meio da congregação⁹²¹. Retomemos alguns elementos do enredo para mostrar que a história das revoltas de Coré, Datã e Abiram, em Nm 16, precisa continuar com a história da expiação de Aarão. Foi na abertura da tenda que o fogo de YHWH queimou os duzentos e cinquenta que ofereceram incenso, restando aí Moisés e Aarão (16,35). Em seguida, a instituição do memorial com a forragem do altar (17,1-5) visava a impedir que nenhum estranho à descendência de Aarão se aproximasse para oferecer incenso (17,5). A narrativa abre um suspense com a possível pergunta dos leitores: Então quem pode se aproximar

⁹²¹ Da tenda do encontro, saem os decretos, instruções e sentenças de juízo e condenação. É diante de YHWH (Nm 16,5), diante da tenda do encontro (16,17-19), que os grupos em litígio devem comparecer para obter uma resposta. A palavra final vem de YHWH, que fala a Moisés da tenda ou da nuvem. A tradição sacerdotal ligada ao culto e ao templo serviu-se das tradições da revelação do Sinai em vista de dar sustentação teológica à organização do culto e à liderança sacerdotal no judaísmo pós-exílico.

para oferecer incenso? A resposta é dada com a história seguinte. É justamente Aarão que pode se aproximar para oferecer o incenso. Enquanto o oferecimento do incenso dos duzentos e cinquenta causou sua ruína, porque essa função junto ao altar é restrita aos sacerdotes, o oferecimento de Aarão freou a praga e impediu a mortandade do resto do povo. O narrador começa a mostrar que o povo depende totalmente da mediação de Aarão para manter-se vivo. Aqui o aparato cultual e o sacerdócio são instituídos para frear o avanço da praga. Aarão, que se colocou entre os vivos e mortos, tinha o poder expiatório de aplacar a ira divina, para evitar o extermínio de todo povo. O enredo de conflito contra a autoridade começa a ter uma solução eficaz para calar de vez as murmurações. Conforme o grupo sacerdotal, era preciso fazer o povo acreditar que todos dependem da mediação sacerdotal. Ela mantém a congregação nos seus limites, tanto leigos como levitas em dependência do ministério sacerdotal, que controla a ira divina para que não avance sobre o povo.

12.1.8. Conclusão do enredo (17,16-28)

A história da vara florida de Aarão é uma atualização simbólica das revoltas descritas em Nm 16. Ela reconhece os privilégios dos levitas e, ao mesmo tempo, destaca com maior clareza a chefia do sacerdócio aronita sobre os levitas e sobre todos os filhos de Israel. O fato de a vara que contém o nome de Aarão florescer e frutificar diante do Testemunho, enquanto as outras varas nada produzirem e nem mesmo seus nomes serem lembrados, são elementos que confirmam a primazia da vara de Aarão como símbolo do poder. Os filhos de Israel “viram” (17,24b) as varas, mas ficaram aterrorizados somente quando a vara florida de Aarão fora exposta como depósito diante do testemunho⁹²². Essa presença da vara de Aarão diante do testemunho tem o objetivo claro de reforçar a autoridade de Aarão. O grupo no poder obtém o controle sobre as revoltas ao calar as murmurações incutindo no povo o temor da santidade intangível de Deus. Aqui temos elementos claros de que a conclusão do enredo de conflito contra

⁹²² Entende-se o temor dos filhos de Israel porque a colocação da vara de Aarão diante do testemunho simboliza a instituição divina do sacerdócio aronita. A afronta a esta instituição torna-se uma afronta ao próprio Deus, que assumiu a causa do grupo sacerdotal na liderança do povo.

autoridade ocorre junto com a revelação do eleito. Deve-se isso à dupla finalidade da colocação da vara diante do testemunho (17,25): a) ser depósito e sinal na tenda do testemunho (sinal definitivo do eleito, o santo); b) calar as murmurações (pondo um fim aos conflitos contra autoridade).

Quem ousava ultrapassar os limites do espaço sagrado morria. A vara de Aarão, portanto, é o sinal do reconhecimento que o santo é aquele que YHWH aproximou de si (16,5) e agora é apresentado com a confirmação da lei divina. As tribos agora reconhecem que estão na frente do eleito e dependem dele para ter acesso a Deus. Do ponto de vista histórico, a vara localizada diante do testemunho é também sinal da consagração do sumo-sacerdote com a classe sacerdotal e símbolo do poder que governa a partir do templo depois do exílio (cf. Ex 28; 39; Zc 4,14).

A história das varas com a confirmação de Aarão é sinal de que a história foi escrita do ponto de vista dos vencedores. Isso é sugerido por certa ironia no discurso de Moisés com relação ao destino dos revoltosos: Àqueles a quem Moisés prometeu dar a conhecer o eleito no dia seguinte são aniquilados sem ver o eleito. Somente os vivos que restaram, dentre os fugitivos em 16,34-35, e os outros que sobraram do castigo da revolta do dia seguinte (17,6-7), puderam no final da história reconhecer o eleito. Mesmo assim o medo deles foi acumulado diante dos castigos anteriores, de tal forma que também eles sentiram a iminência do fim: morremos, estamos perdidos (17,28).

Em síntese, Nm 17,16-28 apresenta o clímax das três histórias anteriores. Em favor dessa tese, explicitamos a seguir quatro argumentos:

12.1.8.1. A revelação progressiva do eleito Aarão

Nm 17,16-28 confirma o eleito e o torna plenamente conhecido. Aqui o enredo de ignorância e conhecimento chega ao fim, porque a promessa de dar a conhecer quem é o santo e o eleito em 16,5 cumpre-se plenamente em 17,25-28. A terceira história representa o fim das três histórias anteriores, pois a revelação do eleito é progressiva até sua confirmação final. Indícios textuais, como as indicações de tempo, e as referências a Aarão confirmam nossa tese. Em 16,5-6, é prevista a revelação “amanhã”. Algumas características do eleito aí são

adiantadas: É aquele que YHWH aproximará de si, ele é santo. Em 16,11, a pergunta retórica “Aarão que é ele para que murmureis contra ele”, revela um nome mas nada diz das atribuições de Aarão. Finalmente Aarão é incluído explicitamente entre aqueles que fazem o teste do incenso. Aarão com Moisés de um lado, Coré e os duzentos e cinquenta de outro lado (Nm 16,1-19a). A aposta do incenso, narrada duas vezes, deveria revelar imediatamente o eleito. No entanto é feito um longo suspense com o prolongamento do tempo da narração do julgamento. Porém do ponto de vista do autor sacerdotal, o fim já estava marcado em favor de Aarão com a possibilidade de YHWH destruir os revoltosos num momento (16,21). Porém ironicamente o fogo de YHWH, em 16,35, queimou os incensórios e os ofertantes que tinham recebido a promessa de revelação (16,5) de modo que não puderam reconhecer Aarão. Em 16,35, com a queima dos duzentos e cinquenta, permaneceram diante da tenda do encontro somente Moisés e Aarão, porque os filhos de Israel haviam fugido de medo diante do terremoto que engoliu o grupo de Datã e Abiram com os homens de Coré. O fato de a expiação de Aarão com o incensório ter feito cessar a praga (17,12-14) é sinal de que ele é o único que pode se aproximar e oferecer o incenso de forma eficaz. Nesse ponto pode-se considerar a história da revolta do povo com a expiação feita por Aarão (17,6-15) como uma história gêmea da história das varas (17,16-28). Ambas têm o objetivo de dar legitimidade à autoridade de Aarão. Mesmo que pareça clara a legitimação de Aarão no sacerdócio com rito do incenso, a história não é explícita quanto à liderança de Aarão sobre as outras tribos, e quanto ao desfecho do enredo de conflito de autoridade colocando um fim nas murmurações. Lembramos que se trata de um enredo misto, de conflito de autoridade e ignorância-reconhecimento. Nesse caso, somente a vara florida de Aarão na história final realmente fecha o enredo. Porque a vara florida indicando a eleição tem o nome de Aarão e foi colocada na tenda do testemunho para calar as murmurações dos filhos de Israel. A construção em 17,20 confirma que a vara florida que produziu frutos significa o eleito Aarão. A recorrência do verbo escolher na frase subordinada “Será o homem que eu o eleger”, seguida da conclusão “sua vara florirá”, confirma esse significado do simbolismo da vara. A ligação com a primeira unidade é clara com a recorrência do verbo “eleger” (17,20) como em 16,5. Outro elemento de ligação com as histórias anteriores é o reaparecimento do vocabulário relativo às

murmurações em 17,20 e 17,25, que caracteriza o contexto de conflito contra autoridade, temática dominante em Nm 16–17.

A referência às murmurações e revoltas que apareceram ao longo de nosso texto (Nm 16,3.11.19a; 17,6-7.20.25) não reaparece nos capítulos seguintes (Nm 18-19). Somente vai reaparecer a temática da revolta em Nm 20,1-5, no contexto de viagem, quando os filhos de Israel e toda a comunidade chegaram ao deserto de Sin. Esses elementos corroboram o fechamento do enredo de conflito de autoridade em 17,28.

É significativo que os conflitos relativos às prerrogativas e direitos dos sacerdotes e levitas ocorram numa parada da marcha na região de Cades. Nesse contexto a intenção do autor final é de dramatizar a história de conflitos e murmurações, para justificar que toda aquela geração pereceu, antes de entrar na terra prometida. Nessa visão do interesse teológico do texto final de Números, pode-se entender a discutida questão da morte de Coré, que não é explícita em Nm 16–17, junto de Datã e Abiram, mas é incluída explicitamente no grupo em Nm 26,9-11. Aos poucos, aquela geração do deserto será exterminada. Como Moisés e Aarão não foram castigados imediatamente após a falta que cometeram durante a caminhada, de forma semelhante ocorreu a Coré cujo castigo torna-se mais explícito no contexto de toda a marcha no deserto (Nm 26,9-11).

12.1.8.2. O nome de Aarão escrito sobre a vara de Levi (v.18a)

Aqui a vara de Levi mereceu atenção especial. Porém a história reconhece os privilégios da tribo de Levi enquanto dependente dos sacerdotes aronitas. O que faz a diferença é o nome Aarão escrito sobre a vara de Levi. Esse detalhe indica a autoridade de alguém que se coloca como superior e chefe da tribo de Levi e de todos os filhos de Israel. O texto não pretenderia em última instância promover os levitas, mas o sacerdócio aronita. Nesse caso a classe sacerdotal foi quem se apropriou do poder como descendentes de Levi colocando-se na liderança sobre os levitas e reduzindo-os a servidores, muitos deles como baixo clero.

Nossa hipótese mais provável é a de que a classe dominante seria então a dinastia sadocita do segundo templo, que, para legitimar-se como os verdadeiros

herdeiros do sacerdócio, se fizeram descendentes de Aarão. Na verdade, os aronitas ou filhos de Aarão nos livros do Pentateuco seriam os sadocitas do segundo templo. Eles controlavam o culto e colocaram-se como uma dinastia sacerdotal cujo poder passava de pai para filho. Nessa situação, os levitas eram privados do acesso aos direitos do templo e reduzidos a servos dos sacerdotes⁹²³. Portanto, o nome de Aarão sobre a vara de Levi significa a confirmação da liderança do sumo-sacerdote pós-exílico sobre os levitas e todos os filhos de Israel. Todos devem reconhecê-lo com sua autoridade vinda de Deus que o elegeu.

12.1.8.3. A apresentação e colocação da vara diante do testemunho (v. 25)

Temos outro sinal claro da confirmação do eleito em Nm 17,24. Aí Moisés fez sair todas as varas, para todos os filhos de Israel; entre elas, estava a vara florida de Aarão. O narrador relata que eles viram. Este é o sinal, mediante o qual eles tomaram conhecimento de que Aarão é o eleito. Justamente porque a vara floresceu e produziu amêndoas, também por causa dos frutos; ela é símbolo da eleição de Aarão, bem visível a todos os filhos de Israel. A promessa de que YHWH fará conhecer (16,5) começa a ser cumprida. Mas a confirmação mais forte da eleição na chefia do sacerdócio como eleito de Deus ocorre com a ordem de retornar a vara florida à tenda do testemunho como sinal e depósito. Cumpre-se outro detalhe que caracterizava o eleito, descrito em 16,5: sua proximidade de YHWH. Ele é o santo porque foi aproximado e colocado como depósito uma vez por todas diante do testemunho, para o serviço da congregação. Porém a posição do privilégio do eleito se dá mediante a proibição, sob pena de morte de todo aquele que se aproxima. Seja o levita não pertencente à descendência de Aarão, sejam os filhos de Israel; todos são obrigados a manter-se nos seus devidos lugares. A violação dos limites provocava a ira divina, pois Deus protegia o eleito

⁹²³ Ne 13 relata a situação dos levitas na chegada da segunda viagem do governador Neemias a Judá (545a.C). Parece que o esforço do governador, na sua primeira estadia em Judá, em restabelecer os direitos dos levitas não surtiu o efeito desejado.

no seu lugar santo contra qualquer afronta à instituição sacerdotal daqueles que buscavam o poder (16,10).

12.1.8.4. A reação dos filhos de Israel (v. 27-28)

Diante dos castigos anteriores, foi crescendo o medo a consciência da derrota e da revolta fracassada. Nessa situação, os filhos de Israel são incapazes de esboçar qualquer reação para outra revolta: “Estamos perdidos, perecemos, todos perecemos”. Os verbos sinônimos sobre a destruição expressam a derrota total e a dependência absoluta do poder sacerdotal. Os sacerdotes aronitas controlam os filhos de Israel, para que não mais murmurem e se revoltem, mediante o controle do espaço sagrado, determinando o lugar e a função específica de cada um, como um estatuto permanente. Quem ousar se aproximar e ir além dos seus limites pode ser destruído pela ira divina. Deus santo, aqui, é apresentado cioso do seu eleito e do poder a ele conferido. Qualquer revolta contra o seu eleito torna-se revolta contra Deus e, na mesma medida, atrai o castigo implacável. Por isso a submissão dos filhos de Israel é uma questão de vida ou morte. Na narrativa do castigo, em 16,34, todos fugiram com possibilidades de granjear apoio e formar nova revolta. Dessa vez não há como fugir (17,26-28) e nem é possível reorganizar-se. A história terminou consolidando com força aqueles que desejavam manter-se no poder. Portanto, a revolta contra autoridade estourou em prejuízo total para os revoltosos, para servir de lição: que ninguém mais se levante contra um poder de instituição divina.

12.1.9. Sentido e objetivo do texto final de Nm 16–17

A análise histórico-crítica, a análise estilístico-narrativa e a interpretação nos levaram a colher um sentido da unidade de Nm 16–17, percebendo com mais clareza o objetivo do autor final. Apresentamos esse conteúdo em três temas ou chaves teológicas como uma síntese da mensagem da história com algumas interrogações que ela pode suscitar nos leitores hodiernos.

12.1.9.1. Defesa da instituição do sacerdócio aronita

No contexto histórico, após a volta do exílio de Babilônia, a história da revolta fracassada de Coré, Datã e Abiram tem o objetivo de dar sustentação teológica à classe sacerdotal sadocita frente à oposição de outros grupos (levitas ou leigos) contrários a seus projetos reformistas. O texto espelha esses conflitos de leigos e levitas contra o grupo sacerdotal que voltara do exílio e empreendera uma reforma religiosa. Julgamos que a história foi uma composição dos sacerdotes repatriados com a finalidade de firmar-se na liderança e dirigir os destinos da comunidade dispersa em Judá. Aarão representa, então, o sumo-sacerdote sadocita⁹²⁴ que assumiu a liderança religiosa e política sobre Judá.

O processo de organização da comunidade judaica pós-exílica não passou isento de conflitos contra a autoridade⁹²⁵. Nesse contexto, a classe dominante seria a dinastia sadocita do segundo templo. Esses sadocitas, para se legitimarem como os verdadeiros herdeiros do sacerdócio, fizeram-se descendentes de Aarão mediante a adoção de genealogias tardias do livro de Esdras, Neemias, e Crônicas (Esd 7,1-5; Ne 11,10; 1Cr 5,27-41; 6,36-38; 9,11).

Na verdade, os aronitas ou filhos de Aarão, nos livros do Pentateuco, seriam então esses sadocitas que governaram o povo a partir do segundo templo. Eles controlavam o culto e colocavam-se como uma dinastia sacerdotal cujo poder passava de pai para filho. Nessa situação, os levitas eram privados do acesso aos direitos das ofertas no templo⁹²⁶ e reduzidos a servos dos sacerdotes. Toda a história de Nm 16–17 composta na sua forma final por autores sacerdotais, não é um relato histórico que remonta o tempo da travessia do deserto, se bem que pode

⁹²⁴ “O cargo de sacerdote principal já existia no templo pré-exílico de Jerusalém (2 Rs 25,18). Sua transformação no novo conceito de sumo-sacerdote, introduzido através dos sacerdotes reformistas que regressaram do exílio (Ag 1,1; Zc 3,1), se pode interpretar como a pretensão de que um membro da classe sacerdotal ocupara permanentemente a função cútica em substituição do rei que havia desempenhado até então também funções sacerdotais” (ALBERTZ, R. *História de la religión de Israel en tiempos del Antiguo Testamento II*, p. 603)

⁹²⁵ O conflito mais freqüente foi a oposição da comunidade ao projeto de Esdras e Neemias. Para manter a identidade judaica baseados na pureza da religião e da raça, impuseram um estrito programa de separação (cf. Esd. 4,1-5; 9-10; Ne 2,20). A intenção era forçar a separação dos estrangeiros para proteger a pureza da religião judaica (cf. FENSHAM, F. C. *The Books of Ezra and Nehemiah*, p. 18-19, citado in: TÜNNERMANN, R. *As Reformas de Neemias*, p. 58).

⁹²⁶ Segundo a concepção reformista, a porção melhor e mais abundante dos sacrifícios expiatórios, dos sacrifícios penitenciais, das oblações (Nm 18,9; cf. Lv 2,3; 7,9; 5,13; 6,18-19) de flor de farinha, do vinho, do azeite, e do trigo (Nm 18,12; Ne 10,38) era reservada aos sacerdotes (cf. ALBERTZ, R. *Historia de la religión de Israel en tiempos del Antiguo Testamento II*, p. 605-606).

haver nele tradições antigas bem próximas desse período. Essa narrativa seria uma projeção de fatos da história pós-exílica para o tempo do deserto, no contexto da caminhada após a revelação do Sinai, para mostrar que o Senhor está presente no meio de uma nova assembléia cultural e lhe dá legitimidade⁹²⁷.

Parece claro que a história foi escrita na ótica do poder sacerdotal, sendo apresentada como uma rebelião “arquétipo” fracassada fragorosamente em vista de salvaguardar a liderança sacerdotal de eventuais conflitos com o povo da terra. A história da revolta de Coré, Datã e Abiram e o julgamento como castigo terrível dos revoltosos veio, então, reforçar o grupo sacerdotal na liderança da comunidade. Assim, os líderes, quando atacados ou pressionados por outros grupos, eram vindicados pelo próprio Deus, que os havia escolhido. As regulamentações sobre as relações dos sacerdotes e levitas, e mais ainda as prerrogativas sacerdotais, ganharam status de torá cultural. O autor pretendia dar ao culto o mesmo valor teológico conferido à lei⁹²⁸. Deus, que havia se revelado no Sinai e concedido a torá a Moisés, continuava a revelar-se na tenda do encontro, de onde Moisés ou Aarão recebiam instruções sobre o culto. A tenda do encontro e a revelação da glória durante a peregrinação no deserto eram como uma nova edição da teofania do Sinai. Na verdade, a tenda do encontro “era o templo centro da reforma que já existia no deserto como templo transportável”⁹²⁹. Em situação de conflito, aparecia a glória de YHWH, que revelava as soluções a Moisés ou a Aarão, mediadores autorizados entre Deus e a congregação. Esses líderes, com o privilégio de obter soluções definitivas por meio da revelação de

⁹²⁷ Conforme A. H. J. GUNNEWEG, (*Teologia Bíblica do Antigo Testamento*, p. 315). “A narrativa histórica do Sacerdotal é uma projeção retroativa das idéias e teologúmenos sacerdotais para o passado canônico mosaico. A intenção do sacerdotal, visa a um programa que parte da situação real na época do pós-exílio e a pressupõe: templo, sacerdotes, levitas, Israel como comunidade não-estatal em torno de um templo mas ao lado dela uma diáspora. Isso precisa ser legitimado por uma etiologia”, que preserve o que é essencial à Israel como povo de Deus.

⁹²⁸ Cf. ALBERTZ, R. *História de la religión de Israel em Tiempos del Antiguo Testamento II*, p. 643. Essa interpretação de Nm 16–17 no sentido de justificar a missão dos sacerdotes com a revelação a Moisés e Aarão na tenda do encontro, fundamenta-se no contexto da revelação e aliança do Sinai, pois também em Ex 24,15b-18 os autores sacerdotais introduziram um claro paralelismo das prescrições cúlticas com a narração da teofania (Ex 19–20). Conforme R. Tünnermann (*As Reformas de Neemias*, p. 59) seguindo F. C. Fensham (cf. *The Books of Ezra and Nehemiah*, p. 16-19), “estar de acordo com os princípios da Torá deve ser considerado um dos elementos mais importantes pelos quais o judaísmo pós-exílico persistiu diante das muitas dificuldades”. Entende-se a existência de conflitos contra as autoridades, porque junto com a Torá estavam todas as prescrições culturais e normas sobre os deveres dos sacerdotes e levitas. Todas essas prescrições foram colocadas pelo grupo reformista sobre o povo de Judá que já havia se misturado com os estrangeiros e adotado práticas culturais mescladas com as práticas dos povos vizinhos.

⁹²⁹ GUNNEWEG, A. H. J. *Teologia bíblica do Antigo Testamento*, p. 414.

Deus na tenda do encontro, conseguiram a aprovação de sua liderança no culto com um estatuto teológico. A liderança sacerdotal passou a ser incontestável porque fora instituída por Deus no contexto da revelação do Sinai e da peregrinação no deserto.

A questão de aceitar ou não a liderança sacerdotal sadocita no período depois da volta do exílio é colocada como fator determinante para prosseguir rumo à terra prometida, ou retroceder rejeitando o projeto do êxodo. Esse parece ser um primeiro motivo da memória da revolta e do castigo do grupo de Datã e Abiram e o grupo de Coré também no Sl 106,16-18.

Esses grupos se opuseram ao projeto do êxodo, enciumados da autoridade de Moisés e Aarão. A revolta dos dois grupos é vista aí no mesmo nível como oposição ao projeto do êxodo. Com efeito, o salmo é composto recebendo um suplemento com a referência à santidade de Aarão (Sl 106,16) e o julgamento com fogo dos líderes seguidores de Coré, que são castigados como fora castigado o grupo de Datã e Abiram, nesse contexto do salmo, considerados opositores ao projeto da marcha do êxodo⁹³⁰. Isso significa que o grupo de Coré, que incluía levitas contra os aronitas, é castigado como se fosse um grupo que se opunha à caminhada para o êxodo, quando na verdade seu pecado foi a revolta e oposição ao grupo sacerdotal no poder. A intenção do autor final foi utilizar a tradição da revolta de Datã e Abiram e seu castigo para hostilizar os levitas revoltosos contra os aronitas, inserindo-os no texto como mais um grupo culpado merecedor do castigo implacável de YHWH.

Cabe destacar o contexto celebrativo do salmo, que faz memória do castigo dos revoltosos, como um feito glorioso de YHWH. Esse dado lembra a derrota definitiva desses rebeldes, e que ninguém poderá revoltar-se contra Moisés e, acima de tudo Aarão, aí qualificado como santo (Sl 106,16), sob pena do castigo de Deus. Essa acentuação da derrota que associa as revoltas e o castigo

⁹³⁰ Segundo LESLIE C. ALLEN (*Psalms 101-150*, p. 51), evidências apontam para a composição do Salmo 106 para um período quando o material do Pentateuco tinha recebido sua redação final. Essas evidências vêm dos vv. 16-18, onde um material mais antigo provindo de Nm 16 é suplementado com a referência à santidade de Aarão e o julgamento pelo fogo, como nas partes sacerdotais de Nm 16,3.5.7.35. Vemos ainda no Sl 106, 28-31, onde, de forma semelhante, diferentes tradições haviam já sido combinadas como em Nm 25 (Sobre a composição do Sl 106 cf. COATS, G. W. *Rebellion in the Wilderness*, p. 227-229). Esses dados também depõem em favor da redação final de Nm 16-17 no período da redação final do Pentateuco, uma vez que a tradição sacerdotal ocupa a maior parte do texto, e também une na mesma narração a revolta do grupo de Coré e a revolta de Datã e Abiram.

em um único relato (cf. Nm 26,9-11) corrobora o sentido da forma final de Nm 16–17, com o objetivo de salvaguardar a liderança aronita como poder sagrado e debelar possíveis rebeliões sob a ameaça de castigo. Um olhar atento para o contexto literário e a composição de nosso texto revela que o autor final estava voltado para os interesses da classe dominante.

Do ponto de vista literário, o texto de Nm 16–17 está bem situado na parada de Cades onde se deu a crise entre a congregação e Moisés, fator que ocasionou o retardo da entrada na terra prometida. A afronta às autoridades sacerdotais confirmadas com aprovação divina, e a transgressão das normas relativas ao culto e aos direitos dos sacerdotes são, portanto, fatos reinterpretados à luz das revoltas e murmurações do povo contra Moisés e Aarão no deserto. As afrontas às autoridades tornam-se transgressões graves contra uma instituição de direito divino revelada a Moisés no contexto da manifestação da glória durante a peregrinação no deserto. Parece claro que essas tradições de murmurações e revoltas no deserto estiveram sujeitas a reinterpretações em contextos de conflitos entre leigos e sacerdotes, e levitas e sacerdotes. No período pós-exílico, com as reformas de Esdras e Neemias, os levitas acabaram privados dos seus direitos de participar do santuário, pois eram as autoridades sacerdotais através do sumo-sacerdote que mantinham o monopólio das funções cultuais. Portanto os conflitos e revoltas narrados em Nm 16–17 espelham esses conflitos em torno das funções cultuais de diferentes grupos nesse período.

Com isso não negamos que possam ter acontecido, ainda antes do exílio, conflitos entre levitas, privados dos seus direitos com a autoridade dos sacerdotes do templo. Entretanto certas semelhanças lexicais entre Nm 16–17 com textos de Esdras, Neemias e Crônicas, bem como o característico estilo sacerdotal do nosso texto, corroboram a opinião comum de ser um texto tardio, pós exílico, quando os conflitos entre sacerdotes e levitas eram mais comuns.

Assim, o interesse final do autor sacerdotal é esclarecer os direitos e deveres dos sacerdotes e levitas e reafirmar que esta instituição é de direito divino. A ótica da narrativa sacerdotal é a defesa do poder tendo YHWH como aquele que, a qualquer momento, pode vindicar as afrontas contra os seus eleitos. Portanto, o texto é escrito sob a ótica do grupo que desejava se firmar na liderança do povo.

Esses mesmos revoltosos que fundamentam suas reclamações contra o monopólio do poder dos líderes no princípio da santidade de todo o povo (Nm 16,3) são considerados pelas autoridades como pessoas malvadas que desprezam a Deus (Nm 16,28-30). Dessa forma, a liderança sacerdotal sadocita consolidou-se no poder com a aprovação divina revelada na tenda do testemunho. Qualquer revolta contra as lideranças do povo, em especial contra o sumo-sacerdote, era considerada revolta contra Deus, que de modo implacável punia os culpados. Dessa forma, acreditava-se que poderiam ser suprimidos os conflitos e murmurações contra a instituição sacerdotal. Portanto, em nossa interpretação, o texto reflete a intenção do autor sacerdotal de defender a liderança sadocita contra as revoltas de grupos menores. Nesse contexto da reforma de Esdras e Neemias, o grupo sacerdotal que representava a maioria dos repatriados assumiu a liderança para reerguer a comunidade judaica após a catástrofe do exílio.

12.1.9.2. Crítica às instituições com poder centralizador

O projeto reformista foi levado adiante, não sem conflitos com grupos de leigos e levitas marginalizados, que criticaram o poder centralizador “acima da assembléia de YHWH” (Nm 16,3). Os conflitos eram sinais da necessidade de reavaliar as pretensões dos líderes no poder à luz de um projeto mais democrático e uma participação mais efetiva no culto. O movimento de oposição defendia o culto como uma instituição da comunidade com base no princípio de que toda a congregação é santa. Esse princípio era o mesmo defendido pela tradição sacerdotal (Ex 19,5-6; Nm 15,40). O que mudou foi o conceito de santidade, entendido como separação, que justificava a separação entre sagrado e profano, entre sacerdotes e leigos. Nesse particular, a reunião do grupo de Coré contra Moisés e Aarão, porque se colocaram sobre a assembléia de YHWH com base no princípio da santidade de todos, representa uma corrente profética em defesa da assembléia e contra a apropriação indevida de privilégios no poder por parte de um grupo que se coloca acima da assembléia (Nm 16,3).

A história mostrou que há um sentimento de indignação no meio dos filhos de Israel, ainda que às vezes sufocado pelo medo do castigo. Isso se deve à estrutura de poder que privilegia o eleito, não admite concorrentes e não apresenta

perspectivas de mudança face às murmurações de outros líderes e do próprio povo. Mais tarde, a derrota de Datã e Abiram e os homens de Coré era até celebrada no contexto litúrgico, como uma intervenção de YHWH em favor de seu povo, castigando os malvados (cf. Sl 106,16-18)⁹³¹. Esse fato indica o quanto a memória da revolta fracassada dos revoltosos se prestava para sacralizar o poder sacerdotal como instituição divina, para extinguir de vez qualquer revolta contra as lideranças.

Porém, essa indignação popular e as revoltas não serão extintas mediante a repressão, pois a história não termina dizendo que houve paz no meio da congregação; houve sim pacificação. Os conflitos terminaram com a submissão dos filhos de Israel, conforme pretendia o grupo sacerdotal (Nm 17,27-28). Outros focos de revolta certamente irão aparecer, quando uma organização religiosa ou política é imposta sobre a assembléia sem a sua participação. Em nosso texto o princípio de igualdade de toda a congregação se baseia na santificação do povo por meio da libertação do êxodo (cf. Nm 15,40; 16,3). A oposição de grupos, ou indivíduos, contra autoridade pode ajudar a democratizar o poder quando houver escuta e entendimento (cf. Ex 18,13-27). Não foi o caso da história da revolta de Coré, Datã e Abiram, que provocou rupturas na assembléia e terminou por sacralizar o poder do sacerdócio aronita sem perspectiva de mudança para o povo da base. No entanto, a partir do contexto mais amplo da história pós-exílica, especialmente as oposições de leigos e também de levitas à centralidade do culto, surtiu seus efeitos e, por um tempo, impediu a separação total entre clero e laicato, facilitando uma ação litúrgica com características mais populares⁹³². Esse dado

⁹³¹ A análise de H. J. KRAUS, (Psalmen, p. 727-728), seguindo também Gunkel e Kittel, constata que o Salmo 106 é mais dependente da forma final do Pentateuco do que os salmos 78, 105, 136. (cf. citação in: COATS, G. W. *Rebellion in the Wilderness*, p. 225). Essa constatação levantada por H. J. Kraus implica uma composição pós-exílica com uso do salmo em uma celebração litúrgica penitencial, possivelmente no contexto das reformas de Esdras e Neemias com o objetivo de reavivar a esperança do retorno dos judeus da diáspora e restaurar a nação (sobre o uso litúrgico tardio do Salmo 106 cf. LESLIE C. ALLEN, *Psalms 1-150*, p. 51-52). Assim, voltamos a reforçar que esse mesmo contexto histórico pós-exílico, de conflito de autoridade no projeto da restauração, também está por trás da composição de Nm 16-17, ao unir as revoltas de vários grupos num mesmo relato.

⁹³² Essa foi a situação depois do ano 300 a. C. Durante o período selêucida, o sumo-sacerdote Alcimo, personagem afeito ao helenismo, ordenou a derrubada do muro com a indignação dos fiéis (1 Mac 9,54). Em troca, Alexandre Janeu (103-76), adepto do partido dos saduceus, restaurou o muro e o reforçou (cf. Flavio Josefo, *Antologia XII*, p. 413s; *Antologia XIII*, p. 373; citados in: ALBERTZ, R. *História de la religión de Israel em Tiempos del Antiguo Testamento II*, p. 602, nota n. 40). Assim, a história apresenta ora aqueles que tentam derrubar as barreiras da separação entre leigos e sacerdotes, ora aqueles mais conservadores que tentam restaurar os muros da separação.

revela que no período pós-exílico o projeto reformista do grupo sacerdotal não obteve a acolhida esperada. Para se consolidar no poder o grupo sacerdotal teve de buscar apoio em uma consistente fundamentação teológica.

A história fracassada da revolta dos líderes contra Moisés e Aarão, mediante o castigo implacável de YHWH, que elege e confirma Aarão ao seu serviço, prestava-se muito bem para consolidar o projeto sacerdotal e sua liderança, sem revoltas e murmurações. A imagem de Deus é revelada por meio da tenda do encontro na glória, para julgar os revoltosos e confirmar seus eleitos no poder. Com isso, eles mantinham os filhos de Israel convictos da necessidade da mediação sacerdotal para se aproximarem de Deus. Do ponto de vista do povo libertado, a congregação é santa porque YHWH está presente na história, libertando o povo e resgatando sua dignidade de povo eleito e nação santa (Ex 19,5-6).

Em nossos dias, quando há apelo desmedido à própria autoridade, e quando os direitos sobre a comunidade governada tolhem as iniciativas da comunidade, também surgem vozes proféticas de grupos corajosos contra os desvios das lideranças no governo. Esses grupos de oposição representam uma força e, com suas posturas críticas podem ajudar a melhorar o exercício do poder, quando por meio do diálogo de fato buscarem o interesse comum. Assim é resgatado o projeto do êxodo, que põe a comunidade a caminho de uma sociedade participativa, com mais unidade e responsabilidade entre seus membros.

12.1.9.3. Revelação de crise nas relações povo-liderança

A história da revolta de Coré, Datã e Abiram revelou fortes conflitos contra a autoridade e formas drásticas de repressão a ponto de extinguir qualquer possibilidade de reação dos filhos de Israel que restaram do castigo. A comunidade é organizada com líderes na base popular. Porém, como são classificados dentro de uma hierarquia, devem submeter-se a um poder centralizado que encontra sustentação no princípio de que o líder é o eleito de Deus. A ideologia da santidade é interpretada como separação entre leigos, levitas e sacerdotes. Cada um desses grupos não pode violar seu espaço que delimita o campo de sua atuação. O sumo-sacerdote é separado dentre os demais para

aproximar-se de Deus sumamente santo, e atuar no ministério da tenda do encontro como mediador entre Deus e a congregação. Nesse sistema o culto se tornou instrumento para legitimar a posição e a função privilegiada do sumo-sacerdote, o qual é colocado próximo de Deus e não deve ser ameaçado por murmurações e revoltas. Qualquer irregularidade fora dos espaços de atuação de cada ministério atrai a ira divina. Essa era a ideologia dos membros da hierocracia pós-exílica para assegurar o governo sobre o povo. Somente a vara de Aarão, que representa o sumo sacerdote, é colocada na tenda do testemunho (Nm 17,25). Diante dele todos estão prestes a perecer para sempre (Nm 17,26-28). O final desta história encontra uma semelhança significativa com o final do apólogo de Jotão, na voz do espinheiro que ameaça as árvores. Elas devem abrigar-se sob a sua sombra, do contrário, pode vir o fogo do céu e devorar até os cedros do Líbano (Jz 9,14-15). Ninguém, por mais forte que seja, entre o povo (o cedro era a árvore mais forte) poderá enfrentar o poder do rei (espinheiro), que invoca o fogo do céu para queimar os insubmissos⁹³³. Em nosso texto, a situação vivida pelos filhos de Israel no final da história também é de submissão absoluta (Nm 17,26-28). A situação de debilidade dos filhos de Israel, sem força de reação, mostra como o sumo sacerdote, simbolizado pela vara de Aarão colocada diante do testemunho. O poder parece consolidado sem perspectivas de mudança. Venceu o grupo da instituição sacerdotal, na aposta sobre quem seria o escolhido. Tanto no relato do castigo dos revoltosos, em 16,16-35, como em 17,9-15, Moisés e Aarão permaneceram sempre vivos na entrada da tenda do encontro e somente pessoas do povo pereceram como culpados. Portanto, na “queda de braço”, o poder dos grupos populares perdeu o confronto. Não se notam perspectivas de mudança em favor de um diálogo com grupos de oposição ao poder. Os líderes de oposição foram aniquilados, permanecendo os filhos de Israel que sobraram, muito enfraquecidos e vencidos pelo medo.

Do ponto de vista literário, Nm 16–17, inserido na parada do povo em Cades, forma um paralelo com Nm 12 também com a temática do conflito contra

⁹³³ O apólogo de Jotão (Jz 9,7-21) é um exemplo de parábola profética, digna de nota. Do alto do monte Garizin Jotão ergue-se para denunciar a ação vergonhosa dos siquenitas, e o faz mediante uma parábola, comparável à parábola de Natã dirigida a Davi (2 Sm 21,1-4). O espinheiro seria Abimeleque que não poderia oferecer segurança aos homens de Siquém, por causa dos próprios interesses. O poder voltado para si próprio e autoritário é tão inútil, quanto a pretensão de um espinheiro fazer sombra aos cedros, porém os espinheiros secos podem dar origem ao fogo que destruirá todas as árvores, mesmo os cedros gigantes! (cf. CUNDALL, A. E.; MORRIS, L. *Juízes e Rute*, p. 124-125).

autoridade. Tanto Nm 16–17 como Nm 12, são textos que formam a moldura ao redor de Nm 13–14, que trata da revolta e conspiração do povo e morte daquela geração do êxodo. Esses blocos literários no centro da marcha do povo do Sinai, passando por Cades até Moab (Nm 10–21), relatam que a crise do projeto de uma sociedade mais igualitária do êxodo é essencialmente uma crise de autoridade. Houve rebelião do povo em relação aos líderes Moisés e Aarão, como também Moisés e Aarão colocaram o projeto em crise, porque eles próprios se colocaram sobre a assembléia de YHWH (Nm 16,3). Moisés é acusado de se transformar em príncipe totalitário sobre outros líderes (Nm 16,13-14). Tal sistema, revela características da dominação do faraó, porque produz a morte no interior da comunidade. A situação é expressa na queixa irônica de Datã e Abiram contra Moisés: “nos fizeste subir de uma terra que corre leite e mel para nos fazer morrer no deserto”? (Nm 16,13).

O movimento da marcha do êxodo parou na crise de Cades, quando o povo não mais acreditava na autoridade de Moisés e também porque sua liderança se tornara um peso para alguns membros do povo. Assim, o movimento que deveria avançar rumo à libertação acabou seguindo a direção contrária, retornando à situação de escravidão como no Egito. Moisés é acusado de se tornar príncipe sobre o povo (Nm 16,13). Aqui não foi o povo que pediu um líder para ser como as outras nações (1Sm 8,5). Na verdade, foi o líder que adotou práticas autoritárias (Nm 16,13b) à semelhança das nações que dominam. Essa organização da comunidade é imposta por um grupo sacerdotal que se considera herdeiro da promessa. Esta situação é vivida pela comunidade pós-exílica. Diante das revoltas do povo, o castigo é justificado por ideologias que culpam aqueles que se revoltam, como os únicos responsáveis pela crise, enquanto “o eleito” e seu grupo são imunes porque estão mais próximos de Deus. É de Deus que o rei recebe o poder e não do povo. Por isso, qualquer revolta contra o rei é considerada uma revolta contra Deus que o estabeleceu no poder, sem nenhum outro concorrente. Essa corrente teológica acaba por legitimar todos os atos do soberano sem o confronto com a comunidade, reproduzindo um sistema totalitário em nome de Deus. Isso contradiz o projeto do êxodo, pois acaba gerando escravidão, medo e morte.

No contexto mais amplo da marcha rumo à terra prometida, Nm 16–17 pode ser interpretado também como uma história de conflito de autoridade que

nega a validade da forma autoritária de dirigir a comunidade por meio da repressão violenta contra os revoltosos.

Com efeito, Nm 16–17 termina com a derrota absoluta dos opositores, e a total submissão dos poucos que sobraram. E não consta nos relatos que houve paz no meio do povo, como se poderia esperar de um enredo de conflito-solução de conflito; o que houve foi pacificação com meios repressivos. Esse detalhe desautoriza a prática autoritária para reprimir as revoltas. Com efeito, os meios adotados para extinguir as revoltas contra autoridade, foram apenas parcialmente eficazes⁹³⁴.

Em Nm 20,2-3, o povo novamente voltou a revoltar-se contra Moisés e Aarão. A forma de repressão das revoltas ajudou a frear a marcha rumo à libertação e acentuou as crises. Nesse quadro sombrio da história, o povo não é livre, caminha sobre o regime do medo, os líderes maiores se colocam acima da assembléia, YHWH se revela ao lado dos líderes e contra aqueles que protestam. Trata-se de uma situação que destoa do projeto de uma sociedade mais igualitária conforme a proposta libertadora do êxodo. Nessa revolta quem venceu foi o mais forte; o mais fraco foi aniquilado, e aqueles que restaram se renderam enfraquecidos. O leitor que se identifica com o grupo da resistência irá concluir que o medo venceu a esperança. Porém, as medidas repressivas do castigo não devem ter aniquilado a força que ainda resta no meio do povo. A indignação ética mesmo oculta, em meio a grupos de menor expressão, poderá reiniciar nova luta, com a solidariedade dos dispersos que sobraram. Se os fortes somam forças, os fracos criam outras forças e podem reagir a qualquer momento⁹³⁵. Assim, uma leitura da história, na ótica dos grupos que se revoltaram contra Moisés e Aarão,

⁹³⁴ A narrativa do dilúvio (Gn 6-9) mostra que o castigo, embora aniquilasse aquela geração pecadora não conseguiu extinguir o pecado. Assim, segundo M. SCHWANTES (cf. *Projetos de Esperança: meditações sobre Gn 1-11*, p. 43-46;), a narrativa do dilúvio é uma espécie de contra-conto, pois desautoriza o método da repressão violenta, segundo a qual, pensava-se em extinguir o pecado acabando com o pecador, conforme a ideologia da narrativa de dilúvio Mesopotâmico. Foi o que aconteceu: a história do dilúvio termina com a extinção da humanidade pecadora restando somente Noé e sua família (cf. Gn 6,5.11-13). Porém, no final da narrativa, o mesmo motivo que levou Deus a enviar o dilúvio também foi o motivo da promessa que não haverá mais dilúvio (cf. WESTERMANN, C. *Gênesis 1-11. A commentary*, p. 393). De fato, o ser humano é inclinado ao mal desde a sua juventude (Gn 8,21). A pedagogia do medo e da repressão não resolve os conflitos. É melhor começar com o projeto da casa do justo que se organiza. Julgamos que a existência de revoltas contra autoridade, em Nm 16–17, não justifica o extermínio de todos os revoltosos, pois não houve a paz esperada pelo povo. De um dia para outro, surgem outras revoltas, consequência dos castigos infligidos contra os líderes mais ligados à base popular (cf. Nm 17,6; 20, 2-3).

⁹³⁵ “Na matemática dos fracos: um fraco mais um fraco equivale a um forte” (Xavier Zubiri).

revela a indignação ética dos oprimidos. Eles fazem valer seus direitos de povo libertado, de se manifestar e se levantar contra a postura autoritária dos líderes cuja prática era contraditória aos princípios de uma organização mais democrática.